



SIMULADO FINAL

TCE SC

**Auditor Fiscal De
Controle Externo**

Direito - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-SC**, cargo de **Auditor Fiscal de Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/t3t4wSpNqkPmnpvr6>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 81 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 82 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 83 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 84 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) | 85 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) | 86 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) | 87 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) | 88 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) | 89 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) | 90 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) | 91 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) | 92 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) | 93 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) | 94 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) | 95 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) | 96 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) | 97 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) | 98 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) | 99 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) | 100 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/48OVOMY>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

1. Leia a frase a seguir.

Ele vive dizendo que não faz parte da classe política local, mas é porque ainda não percebeu que reproduz exatamente os mesmos vícios daquela corja.

Sobre a significação ou a estruturação dessa frase, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A palavra *corja* assume um valor pejorativo na frase.
- b) A expressão *classe política local* é recuperada pelo termo *corja*.
- c) O termo “que” funciona como conjunção integrante em ambas as ocorrências.
- d) O pronome demonstrativo *daquela corja* se refere a algo não explicado no texto.
- e) O pronome *Ele* não aparece repetido na frase, mas está implícito nas formas verbais *faz*, *percebeu* e *reproduz*.

2. Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a algo expressamente mencionado antes.

- a) O trânsito estava um verdadeiro caos; os carros se acumulavam por quilômetros a fio.
- b) Continuo à procura de um apartamento, pois preciso encontrar um teto o quanto antes.
- c) Com a areia repleta de gente, o clima era de total descontração entre os banhistas.
- d) O número de servidores públicos cresceu no Brasil. Alguns setores criticam o excesso de ocupantes de cargos comissionados.
- e) Os alunos entraram em greve junto com os professores; a principal pauta dos discentes é a defesa de melhorias para a instituição.

3. A substantivação é um processo sintático de transformar outras classes de palavras em substantivos.

A frase em que isso NÃO ocorre é:

- a) “O recatado de longos meses era agora (castas estrelas!) nada menos que um libertino.” (*Quincas Borba*)
- b) “O mais do tempo é gasto em hortar, jardinar e ler; como bem e não durmo mal.” (*Dom Casmurro*)
- c) “Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos” (*Dom Casmurro*)
- d) “Então o Imperador dava outra vez a mão a beijar, e saía, acompanhado de todos nós” (*Dom Casmurro*)
- e) “Comíamos, é verdade, mas era um comer virgulado de palavrinhas doces” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

4. Em todas as frases abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes. A única frase em que o pronome substituto não é um pronome relativo, como os demais, é:

- a) Tudo o que muda a vida vem quieto no escuro, sem preparos de avisar. (*Guimarães Rosa*)
- b) O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário. (*Stubby Currence*)
- c) Quem engana sempre vai encontrar alguém por quem se deixará enganar. (*Maquiavel*)
- d) Das habilidades que o mundo sabe, essa ainda é a que faz melhor: dar voltas. (*José Saramago*)
- e) Nossos motivos mais débeis são aqueles de cuja natureza temos consciência. (*Oscar Wilde*)

5. Assinale a opção em que o elemento destacado possui função diferente dos demais.

- a) Ganhei aquele velho casaco de lá.
- b) A criança chorava de medo do escuro.
- c) As provas incriminaram o suspeito de fraude fiscal.
- d) Todos comentavam de futebol na parada de ônibus.
- e) Todas as manhãs varriamos o quintal de vassoura de palha.

6. Nas frases abaixo os sinais de pontuação foram substituídos por conectores.

Assinale a frase em que isso foi feito de forma adequada.

- a) “A palavra é prata, o silêncio é ouro.” (Provérbio popular) / conquanto
- b) “Eu não escrevo em português. Escrevo eu mesmo.” (Fernando Pessoa) / logo
- c) “Viver é a coisa mais rara do mundo. A maioria das pessoas apenas existe.” (Oscar Wilde) / embora
- d) “Minha vida é uma colcha de retalhos. Todos da mesma cor.” (Mario Quintana) / e
- e) “A imaginação é mais importante que o conhecimento. O conhecimento é limitado.” (Albert Einstein) / ao passo que

7. Assinale a opção que mostra, corretamente, duas frases com tipos diferentes de voz passiva.

- a) Não se desespere com o futuro. / Você não seja desesperado com o futuro.
- b) Os representantes da turma foram eleitos em votação aberta. / Elegeram os representantes da turma em votação aberta.
- c) As obras de Beethoven ainda são ouvidas por gerações. / Por gerações, continuam sendo ouvidas as obras de Beethoven.
- d) Compraram-se ontem várias lembranças para os visitantes. / Para os visitantes, ontem várias lembranças foram compradas.
- e) Destruíram-se as vidraças dos prédios públicos no protesto. / Manifestantes destruíram as vidraças dos prédios públicos no protesto.

8. Assinale a opção que apresenta a frase que está rigorosamente de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

- a) Os jesuítas realizavam sua missão evangelizadora por meio da catequização dos povos indígenas.
- b) Aos professores do Brasil, hoje meu parabéns é dedicado especialmente para vocês.
- c) O paciente relatou uma queda na libido após o início do tratamento prescrito.

d) Parques, ciclovias e praças tratam-se, pelo urbanista, de áreas de convívio essencial.

e) O professor não permitiu com que o aluno entregasse o trabalho em outro dia.

9. As frases abaixo mostram um nome próprio sublinhado. A frase em que esse nome próprio foi eficientemente identificado para o leitor é:

- a) Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade. (Aristóteles)
- b) Nunca se esqueça que tudo o que Hitler fez na Alemanha era legal. (Martin Luther King)
- c) Até a legendária Atlântida / na noite em que o mar a engoliu / viu afogados gritar por seus escravos. (Bertolt Brecht)
- d) Maquiavel, fingindo dar lições aos Príncipes, deu grandes lições ao povo. (Jean-Jacques Rousseau)
- e) Herói nacional, o túmulo do marechal Florião Peixoto foi transmutado na arca da aliança da rebeldia impenitente. (Euclides da Cunha)

10. Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) Ser você mesmo exige coragem.
- b) Quem procura, sempre acha.
- c) Não busquemos ser servidos, mas servir.
- d) Todos querem ser felizes aqui e agora.
- e) Não só de conquistas a vida é feita.

11. Assinale a frase em que predomina a função metalinguística da linguagem.

- a) Quem não é visto e ouvido não é lembrado.
- b) A vida é uma jornada repleta de altos e baixos.
- c) Ser empático é se imaginar no lugar de outra pessoa.
- d) O respeito é essencial, pois demonstra consideração pelo outro.
- e) Corpos saudáveis são venerados por padrões estéticos muitas vezes inalcançáveis.

12. Em muitos casos, na língua escrita, observa-se a tentativa de reduzir a complexidade do ser humano, tratando-o como um objeto ou uma coisa desprovida de subjetividade, processo denominado *reificação*.

Assinale a frase em que ocorre essa estratégia.

- a) A multidão se aglomerava para assistir ao show.
- b) O crescimento da massa carcerária não é sustentável.
- c) Os torcedores ficaram empilhados nas arquibancadas.
- d) Um batalhão de policiais avançou em direção aos manifestantes.
- e) Havia uma parcela de jornalistas à espera de uma entrevista coletiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

13. O valor mensal p de um contrato de prestação de serviços firmado pelo TCE SC deveria ser reajustado a cada mês com a taxa fixa de 3%, aplicada sobre o valor do mês imediatamente anterior. Um cálculo que pode ser utilizado para determinar a porcentagem total de reajuste (R) desse valor, após 12 meses desses reajustes, é

- a) $R = (1,3 \times 12 - 1) \times 100\%$.
- b) $R = (1,3^{12} - 1) \times 100\%$.
- c) $R = (1,03 \times 12 - 1) \times 100\%$.
- d) $R = (1,03^{12} - 1) \times 100\%$.
- e) $R = (1,03^{11} - 1) \times 100\%$.

14. Bruno, auditor do TCE SC, realiza inspeções deslocando-se de carro. Em sua penúltima missão, percorreu 1 quilômetro a cada 90 segundos. Ele fez isso durante 12 minutos. Em sua última missão, Bruno acelerou e percorreu 1 quilômetro a cada 75 segundos. Ele fez isso também durante 12 minutos. A distância a mais, em metros, que Bruno percorreu na última missão, em relação à penúltima, é igual a

- a) 2.200.
- b) 1.850.
- c) 1.600.
- d) 1.420.
- e) 1.390.

15. O TCE SC implantou uma central com 3 servidores eletrônicos de monitoramento independentes, conectados a setores distintos. No momento de qualquer alerta crítico, os três servidores enviam notificações codificadas simultaneamente. A partir daí, um deles repete o envio da mensagem a cada 15 segundos, o outro a cada 25 segundos, e o terceiro, a cada 30 segundos. Caso ocorra qualquer alerta crítico, o menor intervalo de tempo decorrido entre envios simultâneos de mensagens pelos três servidores será igual a

- a) 3 min 15 s.
- b) 2 min 50 s.
- c) 2 min 30 s.
- d) 2 min 25 s.
- e) 1 min 50 s.

16. Mara, Roberta, Alice e Vivian, auditoras do TCE SC, receberam, cada uma, uma pasta de auditoria sobre um setor distinto da administração pública. Os setores eram Material, Recursos Humanos, Aquisições e Veículos, sendo que cada uma das quatro auditoras recebeu uma pasta cujo nome do setor não começava com a primeira letra do seu nome. Sabe-se que Alice recebeu a pasta de Recursos Humanos, e que nem Roberta nem Vivian receberam a pasta de Aquisições. Sendo assim, é correto afirmar que

- a) Vivian recebeu a pasta de Veículos.
- b) Vivian recebeu a pasta de Material.
- c) Roberta recebeu a pasta de Material.
- d) Mara recebeu a pasta de Veículos.
- e) Roberta recebeu a pasta de Recursos Humanos.

17. O setor de protocolo do TCE SC resolveu modernizar sua estrutura. Funcionando 18 horas por dia, os equipamentos antigos processavam 2.750 documentos por mês. Ao realizar a substituição de todos os equipamentos por novos sistemas mais modernos, percebeu-se que os novos equipamentos processam, em um mesmo intervalo de tempo, 120% dos documentos processados pelos antigos. Além disso, por conta do avanço tecnológico, os novos sistemas são mais resistentes, de modo que ficarão ligados 24 horas por dia. Após a atualização do parque tecnológico, o aumento do número de documentos processados mensalmente pelo setor foi de

- a) 1.650.
- b) 2.100.
- c) 2.900.
- d) 3.350.
- e) 4.400.

18. No sistema eletrônico de auditoria do TCE SC, cada relatório é codificado por uma sequência composta apenas pelos algarismos 3 ou 5. A sequência formada pelos códigos dos relatórios é ((3, 5); (3, 3, 3); (5, 5); (3, 3, 5); ...), em que cada termo é, por sua vez, uma sequência contendo apenas os números 3 ou 5. Dentro da lógica de formação da sequência, cada termo deve ter o menor número possível de elementos. Dessa forma, o número de elementos contidos no décimo oitavo termo é igual a

- a) 4.
- b) 6.
- c) 7.
- d) 8.
- e) 5.

19. Tatiana, Beatriz, Camila e Diana, servidoras do TCE SC, sentam-se em uma mesa hexagonal de uma sala de reuniões, com seis assentos dispostos um em cada vértice. Sabe-se que Camila se senta imediatamente à direita de Tatiana e em frente a Beatriz; e que Diana não se senta em frente a um lugar vazio. Dessa forma, é correto afirmar que, necessariamente,

- a) Beatriz se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- b) Diana se senta imediatamente ao lado de Beatriz.
- c) Tatiana se senta em frente a Beatriz.
- d) Camila se senta imediatamente ao lado de dois lugares vazios.
- e) Camila está tão distante de Beatriz na mesa quanto está de Tatiana.

20. Em uma reunião entre auditores do TCE SC sobre experiência profissional, concluiu-se que: alguns servidores do setor A já atuaram no setor B; nenhum servidor do setor C já atuou no setor B. Considerando-se tais conclusões como verdadeiras, é necessariamente verdadeiro que

- a) algum servidor do setor C já atuou no setor A.
- b) algum servidor do setor A já atuou no setor C.
- c) nenhum servidor do setor A já atuou no setor C.
- d) algum servidor do setor A nunca atuou no setor C.
- e) todo servidor do setor B já atuou no setor A.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Rodrigo Bet*

21. No âmbito das ações de controle externo realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, determinado auditor analisou informações relacionadas à celebração de acordo de não persecução civil em ação de improbidade administrativa. À luz da Lei nº 8.429/1992 e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de não persecução civil somente pode ser celebrado antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- b) A homologação judicial do acordo de não persecução civil é vedada após a sentença de mérito.
- c) O acordo de não persecução civil pode ser celebrado no curso da investigação, da ação ou da execução da sentença.
- d) O descumprimento do acordo impede a celebração de novo ajuste pelo prazo máximo de 2 anos.
- e) A celebração do acordo dispensa a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida.

22. Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, discutiu-se a responsabilização de determinado agente público por ato de improbidade administrativa. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) As sanções por improbidade administrativa dependem da prévia aplicação de sanções penais.
- b) A absolvição criminal jamais produz efeitos sobre a ação de improbidade administrativa, em razão da independência das instâncias.
- c) O agente absolvido na esfera penal por insuficiência probatória não poderá responder por improbidade administrativa.
- d) A apresentação da declaração de bens somente é exigida na posse do cargo público.

e) As sanções aplicadas em outras esferas poderão ser compensadas com aquelas impostas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

23. Em auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se que determinada pessoa jurídica pretendia celebrar acordo de leniência com fundamento na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Considerando os requisitos legais para celebração do acordo, assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de leniência poderá ser celebrado ainda que a pessoa jurídica continue praticando a infração após a proposta do acordo.
- b) A pessoa jurídica interessada deve admitir sua participação no ilícito e cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo.
- c) A celebração do acordo exige autorização prévia do Poder Judiciário.
- d) A pessoa jurídica não precisa ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- e) A cooperação da pessoa jurídica encerra-se com a assinatura do acordo de leniência.

24. No contexto das normas de conduta digital previstas no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Resolução TCE-SC nº 252/2024 dispõe sobre o uso de redes sociais durante o expediente. Com base nessa resolução, assinale a alternativa correta.

- a) O uso de redes sociais durante o expediente é integralmente proibido aos servidores do TCE-SC.
- b) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido apenas para fins particulares e em horários de intervalo.
- c) O uso de redes sociais durante o expediente é permitido exclusivamente para fins relacionados ao interesse público, como contato técnico, consulta de conteúdo, resposta ao cidadão e melhoria institucional.
- d) A utilização de redes sociais durante o expediente depende de autorização judicial específica.
- e) O acesso a redes sociais durante o expediente é permitido livremente, desde que não haja divulgação de informações sigilosas.

25. De acordo com a Política de Gestão e Controle da Disciplina no âmbito do Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta acerca das medidas de prevenção previstas na Resolução nº 302/2026.

- a) A valorização da ética limita-se às condutas praticadas exclusivamente no ambiente interno da repartição.
- b) A atualização periódica sobre responsabilidades administrativas, civis e criminais aplica-se apenas aos servidores ocupantes de cargos de chefia.
- c) O reconhecimento formal de servidores que se destacarem no cumprimento de suas tarefas poderá ocorrer mediante critérios subjetivos definidos pela chefia imediata.
- d) O acompanhamento e a avaliação no estágio probatório integram as ações de prevenção previstas na política de gestão disciplinar.

e) As medidas preventivas possuem caráter exclusivamente corretivo, sendo aplicadas apenas após a ocorrência de infrações disciplinares.

26. Nos termos da Resolução nº 302/2026, o processo administrativo disciplinar será instaurado por portaria do Corregedor-Geral, devendo conter determinados elementos essenciais.

Assinale a alternativa correta:

- a) A portaria instauradora poderá ser expedida pela chefia imediata do servidor investigado, independentemente de delegação.
- b) O ato instaurador do processo disciplinar deverá conter a descrição dos fatos, sua tipificação, os fundamentos da acusação, o número do processo eletrônico, a designação da comissão e de seu presidente, bem como o prazo para conclusão.
- c) A designação da comissão processante é facultativa no ato instaurador, podendo ocorrer em momento posterior.
- d) O prazo para conclusão do processo disciplinar não precisa constar da portaria instauradora, por possuir natureza meramente administrativa.
- e) A portaria instauradora deve limitar-se à indicação genérica da infração disciplinar, sendo vedada a descrição detalhada dos fatos.

27. Nos termos da Resolução nº 302/2026, acerca da composição e do funcionamento da Comissão Permanente de Processo Disciplinar (CPPD), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A CPPD será composta por 8 servidores ocupantes exclusivamente de cargos efetivos e com formação obrigatória em Direito.
- b) O presidente da CPPD será designado diretamente pelo Corregedor-Geral para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
- c) Os membros da CPPD somente poderão ser destituídos em razão de falta grave apurada em processo administrativo disciplinar ou comissão instituída para tal fim.
- d) Em caso de renúncia de membro da CPPD, a substituição dependerá de eleição entre os integrantes remanescentes da comissão, cabendo a eles o voto.
- e) É vedada a participação de servidores em formação nas atividades relacionadas à organização e ao funcionamento da CPPD.

28. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Resolução N. TC-302/2026, assinale a alternativa incorreta acerca das causas de nulidade no processo disciplinar:

- a) A instauração do processo disciplinar por autoridade incompetente constitui causa de nulidade.
- b) A negativa de acesso aos autos ao acusado ou ao seu defensor caracteriza causa de nulidade.
- c) A obtenção de prova por meios ilícitos pode ensejar nulidade do processo disciplinar.
- d) A ausência de motivação em decisão que imponha sanção ao processado não configura nulidade, desde que haja interesse público.
- e) A inobservância das hipóteses de impedimento ou suspeição é considerada causa de nulidade.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - LEIS 8.429 E 12.846

Antônio Daud

29. A empresa Tecnovia S.A., envolvida em cartel em licitações de obras públicas estaduais, procurou espontaneamente a Controladoria-Geral do Estado para colaborar com as investigações. A empresa confessou sua participação, identificou outros coautores e forneceu documentos que comprovavam o esquema. Após cumpridas as negociações, a CGE celebrou um acordo de leniência com a Tecnovia S.A. O advogado da empresa passou a orientar os clientes sobre os exatos benefícios obtidos com a celebração do acordo.

Sobre os efeitos do acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O acordo de leniência isenta a Tecnovia S.A. das sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, inclusive a multa e o ressarcimento ao erário.
- b) O acordo isenta a empresa da publicação extraordinária da decisão condenatória e da proibição de receber incentivos públicos, mas não a exime da obrigação de reparar integralmente o dano.
- c) O acordo de leniência impede automaticamente o ajuizamento de ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público em relação aos mesmos fatos.
- d) A celebração do acordo suspende a pretensão punitiva do Estado enquanto a empresa estiver em cumprimento, mas, após o cumprimento integral, as sanções voltam a ser exigíveis normalmente.
- e) O acordo de leniência somente pode ser firmado se a empresa ainda não for alvo de investigação formal ou processo administrativo em curso

30. Fernanda, servidora pública estadual, utilizou-se do cargo para obter, em proveito próprio, o pagamento de consultoria fictícia por parte de empresa com a qual o Estado mantinha contrato. O esquema resultou em aumento patrimonial da servidora em R\$ 300.000,00. Condenada em ação de improbidade ajuizada pelo Ministério Público Estadual, tendo havido inclusive o trânsito em julgado, o juiz determinou a aplicação cumulativa de todas as sanções legalmente cabíveis para a modalidade de enriquecimento ilícito, na sua máxima extensão.

Com base na Lei nº 8.429/1992, na redação atual, assinale a alternativa que apresenta corretamente as sanções aplicáveis ao ato de enriquecimento ilícito (art. 9º).

- a) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos e pagamento de multa civil.
- b) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por 14 anos e pagamento de multa civil equivalente a R\$ 300 mil.
- c) Apenas ressarcimento integral do dano e suspensão dos direitos políticos de 14 anos, pois a perda da função pública depende de processo administrativo disciplinar autônomo.
- d) Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 12 anos, e multa civil de R\$ 150 mil.
- e) Ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos, pagamento de multa de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público

31. Considerando as regras legais aplicáveis ao ANPC (acordo de não persecução cível) previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Deve ser celebrado pelo ente federativo lesado, com oitiva do Poder Judiciário.
- b) Imprescinde de homologação judicial apenas no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) Considerará a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.
- d) Exige, como requisito mandatório, apenas o integral ressarcimento do dano.
- e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória, em virtude da desconstituição da presunção de inocência em favor do condenado operada pelo respectivo trânsito em julgado.

32. A Construtora Alfa S.A., por meio de seus diretores, pagou vantagem indevida a servidores públicos de uma autarquia estadual para garantir a celebração de contratos de obras. Dois anos após a descoberta dos fatos, a Construtora Alfa foi incorporada pela Construtora Beta S.A., empresa de grande porte que alegou desconhecer as irregularidades praticadas pela incorporada. A autoridade competente instaurou processo administrativo de responsabilização, incluindo a Construtora Beta no polo passivo.

Com base na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa CORRETA sobre a responsabilidade da Construtora Beta.

- a) A Construtora Beta não pode ser responsabilizada, pois a responsabilidade administrativa pressupõe vínculo direto entre a pessoa jurídica e o ato lesivo, o que foi rompido pela incorporação.
- b) A Construtora Beta responde pelos atos da Construtora Alfa até o limite do patrimônio transferido na incorporação, apenas quanto à multa e reparação do dano, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude.
- c) A responsabilidade da Construtora Beta só seria cabível se ela tivesse conhecimento prévio das irregularidades praticadas pelos diretores da Construtora Alfa.
- d) A Construtora Beta responde integralmente pelos atos da incorporada, sem qualquer limitação, uma vez que a responsabilidade prevista na Lei Anticorrupção é objetiva e integral para o sucessor.
- e) Como a responsabilidade da Lei nº 12.846/2013 é subjetiva, o desconhecimento da Construtora Beta sobre os atos da incorporada exclui sua responsabilização

INFORMÁTICA

Renato da Costa

33. Ao utilizar o Windows 10/11, um usuário deseja acessar rapidamente o recurso de conexão/projeção sem fio e, em seguida, minimizar todas as janelas abertas, podendo restaurá-las pelo mesmo atalho caso mude de ideia. Os atalhos corretos são, respectivamente:

- a) Windows + P e Windows + D
- b) Windows + K e Windows + M
- c) Windows + K e Windows + D
- d) Windows + I e Windows + M
- e) Windows + P e Windows + Shift + M

34. No Microsoft Word, ao utilizar caracteres curinga no recurso “Localizar e Substituir”, assinale a alternativa que apresenta uma palavra que poderia ser localizada pela pesquisa por:

M?i?o

- a) Muito
- b) Maio
- c) Meio
- d) Mico
- e) Mato

35. Em uma planilha do Microsoft Excel, ao processar uma fórmula, o programa segue uma ordem de precedência entre os operadores. Considerando essa ordem, assinale a alternativa correta.

- a) Adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação, porcentagem e operadores de referência.
- b) Multiplicação/divisão, adição/subtração, operadores de referência, porcentagem e exponenciação.
- c) Operadores de referência, negação, porcentagem, exponenciação, multiplicação/divisão e adição/subtração.
- d) Exponenciação, porcentagem, negação, adição/subtração e multiplicação/divisão.
- e) Parênteses, adição/subtração, multiplicação/divisão, exponenciação e operadores de referência.

36. Sobre a função PROCX, também conhecida como XLOOKUP, no Microsoft Excel, assinale a alternativa correta.

- a) A função PROCX possui apenas quatro argumentos obrigatórios, sendo idêntica ao PROCV em sua estrutura lógica.
- b) O argumento matriz_de_retorno é opcional e, se omitido, o Excel retorna o valor da matriz_de_pesquisa.
- c) A função pode pesquisar em diferentes direções, inclusive de cima para baixo ou de baixo para cima, e a correspondência exata é o padrão quando o modo de correspondência não é informado.
- d) A sintaxe da função exige obrigatoriamente seis argumentos, todos indispensáveis para a busca.
- e) O erro #N/D no PROCX não pode ser personalizado dentro da própria função.

ANÁLISE DE DADOS

Emannuelle Gouveia

37. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma relação entre tipos de dados e boas práticas em iniciativas de dados abertos.

- a) Dados estruturados dispensam documentação e padronização, pois já possuem organização tabular.
- b) Dados semiestruturados, como JSON e XML, podem facilitar interoperabilidade entre sistemas distintos.
- c) Dados não estruturados somente podem ser armazenados em bancos relacionais.
- d) O uso de formatos legíveis por máquina reduz a transparência das informações públicas.
- e) Dados abertos devem ser disponibilizados preferencialmente em formatos proprietários e fechados.

38. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma aplicação de técnicas analíticas em auditoria contínua e detecção de fraudes.

- a) A identificação de transações fora do comportamento esperado pode ser realizada por técnicas de detecção de outliers.
- b) A análise de redes é utilizada exclusivamente para aumentar desempenho de consultas em bancos relacionais.
- c) Indicadores de risco (red flags) eliminam a necessidade de monitoramento contínuo das operações.
- d) O monitoramento em tempo real impede a ocorrência de eventos suspeitos em sistemas corporativos.
- e) A análise de risco baseada em dados dispensa o uso de critérios estatísticos e históricos operacionais.

39. Assinale a alternativa correta acerca dos mecanismos utilizados em governança de dados.

- a) O glossário de negócios é utilizado exclusivamente para armazenar registros físicos de tabelas em bancos de dados.
- b) O dicionário de dados possui como principal finalidade monitorar tráfego de rede em ambientes distribuídos.
- c) Data lineage elimina a necessidade de controle de qualidade dos dados ao longo dos processos de integração.
- d) Metadados não devem ser utilizados em catálogos de dados, pois comprometem desempenho analítico.
- e) O data lineage permite rastrear a origem, transformações e movimentações dos dados ao longo dos sistemas.

40. Considere a tabela FUNCIONARIOS, que possui as colunas ID_FUNC, NOME, DEPARTAMENTO e SALARIO. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma consulta SQL capaz de retornar o maior salário de cada departamento.

- a) SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;
- b) SELECT MAX(SALARIO), DEPARTAMENTO FROM FUNCIONARIOS ORDER BY DEPARTAMENTO;
- c) SELECT DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS GROUP BY DEPARTAMENTO;
- d) SELECT DEPARTAMENTO, SALARIO FROM FUNCIONARIOS GROUP BY MAX(SALARIO);
- e) SELECT GROUP BY DEPARTAMENTO, MAX(SALARIO) FROM FUNCIONARIOS;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCO E GESTÃO DE RISCO

Guilherme Sant'Anna

41. No âmbito da auditoria governamental, assinale a afirmativa correta a respeito dos elementos básicos da auditoria no setor público.

- a) O objeto da auditoria corresponde ao relatório final produzido pela equipe, pois é nele que se materializa a avaliação segundo critérios.
- b) Os critérios de auditoria consistem nas conclusões formuladas ao término dos exames, servindo para justificar o juízo profissional do auditor.
- c) Nas auditorias do setor público, os elementos básicos variam conforme o tipo de trabalho, razão pela qual não se pode falar em estrutura comum mínima aplicável às auditorias financeira, operacional e de conformidade.
- d) O objeto da auditoria pode consistir em informação, condição ou atividade que seja

mensurada ou avaliada de acordo com determinados critérios.

- e) Os usuários previstos se confundem com a parte responsável, pois ambos exercem, no mesmo plano, a função de prestar contas sobre o objeto examinado.

42. Em relação aos instrumentos de fiscalização utilizados pelos tribunais de contas, assinale a afirmativa correta.

- a) O monitoramento destina-se, primordialmente, à coleta inicial de informações sobre órgãos, programas e atividades, para subsidiar futura proposição de ações de controle.
- b) O levantamento é instrumento apropriado para verificar o cumprimento de deliberações anteriormente proferidas e a implementação de determinações e recomendações.
- c) O acompanhamento é o instrumento vocacionado a examinar, ao longo de determinado período, a legalidade, a legitimidade e o desempenho de atos de gestão à medida que são praticados.
- d) A inspeção tem por característica essencial ser utilizada para validar matrizes de responsabilização já concluídas.
- e) A auditoria, diferentemente dos demais instrumentos, não pode ser utilizada para avaliação de desempenho, limitando-se ao controle estrito de legalidade.

- 43.** Na elaboração da matriz de planejamento de uma auditoria governamental, assinale a afirmativa correta.
- a) A matriz de planejamento deve registrar, desde logo, os achados consolidados, as causas apuradas e as propostas de encaminhamento, a fim de orientar a coleta confirmatória de evidências.
 - b) A indicação dos procedimentos de auditoria e das informações ou dados necessários à resposta das questões de auditoria íntegra, em regra, a matriz de planejamento.
 - c) A matriz de planejamento é elaborada ao término da execução, para sintetizar a coerência entre evidências, achados e responsabilização.
 - d) A situação encontrada deve compor a matriz de planejamento, pois constitui pressuposto lógico para a definição dos critérios.
 - e) A matriz de planejamento não se compatibiliza com auditorias operacionais, sendo instrumento próprio de auditorias de conformidade.
- 44.** Quanto ao risco de auditoria no setor público, assinale a afirmativa correta.
- a) O risco de auditoria corresponde exclusivamente ao risco de detecção, uma vez que os riscos inerente e de controle pertencem à esfera de responsabilidade do gestor.
 - b) Em trabalhos de asseguuração limitada, o risco de auditoria deve ser eliminado, visto que a conclusão emitida é menos robusta do que na asseguuração razoável.
 - c) O risco inerente relaciona-se à suscetibilidade de ocorrência de distorção, desconformidade ou desvio relevante antes da consideração de controles existentes.
 - d) O risco de controle refere-se à possibilidade de o auditor selecionar procedimentos inadequados na fase de execução.
 - e) O risco de auditoria somente é aplicável à auditoria financeira, não sendo conceito tecnicamente aproveitável na auditoria de conformidade ou operacional.
- 45.** Em uma auditoria de conformidade, a equipe pretende obter evidência independente acerca dos saldos informados por bancos operadores, fornecedores e beneficiários de determinado programa público. Nesse caso, a técnica mais apropriada é a:
- a) observação.
 - b) circularização.
 - c) revisão analítica.
 - d) inspeção física.
 - e) entrevista.
- 46.** Sobre as evidências de auditoria, assinale a afirmativa correta.
- a) A suficiência refere-se à medida da quantidade de evidência, enquanto a adequação se relaciona à sua qualidade, especialmente relevância e confiabilidade.
 - b) A adequação da evidência é definida exclusivamente pela sua origem externa, sendo irrelevante a conexão lógica com o objetivo do procedimento aplicado.
 - c) A quantidade de evidência obtida dispensa a avaliação de sua confiabilidade, desde que os papéis de trabalho demonstrem ampla cobertura amostral.
 - d) A evidência testemunhal, por decorrer de declarações formais, prevalece necessariamente sobre a documental e sobre a observação direta do auditor.
 - e) A suficiência da evidência torna dispensável o julgamento profissional, pois a conclusão decorre automaticamente do volume de informações reunidas.

47. No que se refere aos achados de auditoria e às “famosas” matrizes, assinale a afirmativa correta.

- a) A matriz de responsabilização tem por finalidade principal organizar questões, critérios, procedimentos e fontes de evidência antes do início da execução.
- b) O critério representa a situação encontrada pelo auditor, ao passo que a condição expressa o padrão normativo ou referencial adotado para comparação.
- c) A matriz de achados é instrumento típico do planejamento, voltado à escolha preliminar dos objetos a serem fiscalizados segundo risco e materialidade.
- d) Em regra, os elementos do achado incluem situação encontrada, critério, causa e efeito, aos quais se podem agregar evidências e propostas de encaminhamento.
- e) A caracterização do achado prescinde da definição do critério, desde que haja percepção técnica do auditor acerca da impropriedade verificada.

48. Sobre governança, transparência, accountability e compliance aplicados ao setor público, assinale a afirmativa correta.

- a) Accountability se esgota na obrigação de publicar dados e relatórios, sendo desnecessária a existência de mecanismos de responsabilização.
- b) Governança e governabilidade são conceitos sinônimos, razão pela qual a distinção entre capacidade política e arranjos de direção, monitoramento e controle é irrelevante.
- c) O compliance público se limita à observância de normas legais, não abrangendo integridade, prevenção, detecção e resposta a desvios.
- d) A transparência, por si só, substitui os mecanismos de controle interno e de auditoria, já que a publicidade dos atos elimina o risco de irregularidades.
- e) A auditoria governamental contribui para a accountability ao fornecer avaliações

independentes que podem ampliar transparência, aprendizado institucional e responsabilização.

GOVERNANÇA

Stefan Fantini

49. Indique a alternativa que traz a correta diferenciação entre Gestão Pública e Governança Pública.

- a) A governança pública é responsável por planejar, executar e controlar.
- b) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar.
- c) Gestão e governança são funções iguais no setor público, portanto, não apresentam diferenças.
- d) A gestão pública foca em economicidade e efetividade.
- e) A governança pública tem função direcionadora e a gestão pública tem função realizadora.

50. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao fiscalizar determinada entidade jurisdicionada, identificou oportunidades de melhoria e expediu recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e da execução orçamentária. Essa forma de atuação caracteriza a chamada:

- a) Accountability fiscal.
- b) Accountability horizontal.
- c) Accountability social.
- d) Accountability vertical.
- e) Accountability participativa.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

51. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE SC) exerce competência consultiva por meio da resposta a consultas formuladas por autoridades. Sobre o processamento e a natureza desta ferramenta, é correto afirmar:

- a) A resposta à consulta, exarada por no mínimo dois terços dos membros do TCE, constitui prejuízo da tese, mas não de fato ou de caso concreto.
- b) A formulação de consulta é aberta a todo e qualquer cidadão que deseje dirimir dúvidas sobre a aplicação de leis financeiras.
- c) A consulta somente terá prosseguimento quando atender a todos os requisitos de admissibilidade.
- d) Quando encaminhar a consulta, o consulente deve se abster de requisitar parecer de sua assessoria técnica ou jurídica, quando existente, para evitar contradições com a resposta do Tribunal.
- e) Os responsáveis pelo sistema de controle interno não podem formular consulta ao TCE, em razão do caráter fiscalizatório da sua atuação.

52. Sobre o processo de eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral, o Regimento Interno do TCE SC traz regras bem definidas. Marque a alternativa que indica corretamente as características da eleição no TCE.

- a) A eleição ocorre em sessão ordinária na primeira quinzena de fevereiro de cada ano.
- b) A eleição será realizada em sessão extraordinária na segunda quinzena de setembro, para mandato de dois anos, permitida a reeleição por um período de igual duração.
- c) A eleição deve ser realizada imediatamente após a posse de qualquer novo conselheiro, para que o Corpo Diretivo siga a vontade da maioria dos membros.

d) A eleição deverá ocorrer em sessão especial convocada pelo Governador do Estado no mês de março.

e) A eleição ocorre em sessão extraordinária, exigindo-se a presença mínima de cinco conselheiros, inclusive o que presidir o ato, com participação e voto dos auditores e membros do Ministério Público de Contas.

53. Conforme as normas aplicáveis, as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas em um processo de prestação ou de tomada de contas podem ser classificadas em preliminares, definitivas ou terminativas. Caracteriza-se a decisão preliminar quando o Tribunal:

- a) Ordenar o trancamento das contas consideradas iliquidáveis devido a caso fortuito.
- b) Julgar as contas regulares com ressalva mediante a constatação de pequenas falhas formais.
- c) Determinar o arquivamento do processo por critérios de racionalização administrativa.
- d) Condenar o responsável ao pagamento do débito apurado, julgando as contas irregulares.
- e) Sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou determinar outras diligências.

- 54.** A representação é um procedimento muito semelhante à denúncia, diferindo essencialmente em sua origem. Sobre a representação, assinale a alternativa correta.
- a) Qualquer cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos pode autuar formalmente uma representação.
 - b) Serão autuados como representação os requerimentos recebidos com fundamento na nova Lei de Licitações, oriundos de licitantes ou contratados.
 - c) Diferentemente da denúncia, não é exigido que a representação verse sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.
 - d) Caso a representação seja formulada por um Conselheiro, ela deverá passar pelo mesmo exame prévio de admissibilidade de uma denúncia comum.
 - e) Os responsáveis por órgãos de controle interno estadual não possuem legitimidade para formular representação ao Tribunal.
- 55.** Acerca dos recursos cabíveis em face das deliberações do Tribunal, é correto afirmar que:
- a) Todo parecer prévio emitido na apreciação das contas dos prefeitos municípios admite impugnação unicamente via recurso de reconsideração.
 - b) Recursos processados e interpostos para questionar as decisões do Tribunal gozam de efeito suspensivo genérico obrigatório, aplicável até a decisão do colegiado sobre o ponto impugnado.
 - c) O Relator não poderá conhecer recurso interposto fora do prazo, ainda que se trate de pedido de correção de inexatidões materiais.
 - d) De acórdão proferido em processos de prestação ou tomada de contas, inclusive tomada de contas especial, cabe somente recurso de reconsideração.
 - e) Se surgirem fatos novos supervenientes que comprovem que os atos praticados pelo recorrente não causaram, efetivamente, quaisquer prejuízos ao erário, será possível conhecer de recursos interpostos fora do prazo.
- 56.** Zelda é servidora do Tribunal de Contas do Estado Gama e foi designada pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ela acompanhou a palestra de Link, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Link, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:
- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
 - b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
 - c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
 - d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
 - e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

57. O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do *Parquet* de Contas.
- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definam sua estrutura organizacional.
- e) os membros do Ministério Público de Contas não gozam de prerrogativas próprias, como a independência funcional, em observância ao princípio da simetria.

58. Analise os itens subsequentes:

- I. Desde que previsto em lei, o Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo.
- II. O Tribunal de Contas da União pode exercer o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, desde que o ato viole patentemente dispositivo da Constituição Federal ou seja contrário à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que a decisão do TCU terá eficácia *erga omnes*.
- III. Compete ao TCU apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da chegada do processo na Corte de Contas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

59. Luigi é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente, Luigi foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Luigi era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Luigi, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional,

deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento ficto das contas municipais.

- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE tem competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos que atuam como ordenadores de despesas, podendo aplicar sanções fora da esfera eleitoral, sem que o Legislativo possa alterar a decisão do Tribunal; por fim, as contas de governo são julgadas pela Câmara Municipal, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

60. Sobre o regime de indisponibilidade de bens previsto na Lei 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- a) A urgência para a decretação da medida de indisponibilidade de bens é presumida sempre que houver indícios de enriquecimento ilícito.
- b) A indisponibilidade poderá recair sobre o bem de família do réu em qualquer hipótese de condenação por prejuízo ao erário ou por atos que atentam contra os princípios da administração.
- c) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança ou conta-corrente.
- d) Havendo corrêus na ação, a constrição deve corresponder ao débito total em relação a cada um dos envolvidos, de forma individualizada, vedada a solidariedade.
- e) O pedido de indisponibilidade de bens apenas pode ser formulado após a oitiva prévia do réu no prazo de 15 dias úteis.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TCE SC*Giulian Salvador*

61. No curso de processo de prestação de contas instaurado perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, verificou-se a existência de dano ao erário decorrente de ato de gestão antieconômico, além de omissão parcial na remessa de documentos obrigatórios. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 acerca das decisões em processos de contas, tomada de contas especial, revelia e responsabilização, analise os itens a seguir:

I – A decisão preliminar é aquela pela qual o Tribunal julga as contas iliquidáveis e determina o arquivamento definitivo do processo.

II – O responsável que não acudir à citação será considerado revel para todos os efeitos, prosseguindo-se normalmente o processo.

III – As contas serão julgadas regulares com ressalva quando houver dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico injustificado, desde que haja posterior recolhimento do débito.

IV – A autoridade administrativa competente deverá imediatamente adotar providências para instauração de tomada de contas especial quando caracterizada prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário.

V – A decisão definitiva é aquela pela qual o Tribunal resolve sobrestar o julgamento ou determinar diligências necessárias ao saneamento do processo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e V estão corretos

62. Sobre o regime jurídico do controle externo previsto na Lei Complementar Estadual nº 202/2000, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Tribunal de Contas poderá determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente.
- b) O Recurso de Reconsideração é cabível contra decisão em processo de fiscalização de atos e contratos e de apreciação de atos sujeitos a registro, possuindo efeito suspensivo automático.
- c) O Tribunal poderá aplicar multa diária por descumprimento de suas decisões definitivas, preliminares ou cautelares.
- d) A denúncia formulada perante o Tribunal deve estar acompanhada de indício de prova e conter qualificação e endereço do denunciante.
- e) O parecer prévio emitido sobre contas prestadas pelo Prefeito poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal

63. A Resolução N. TC-254/2024 estabelece conceitos técnicos relacionados às práticas de assédio, discriminação e proteção da saúde no ambiente de trabalho institucional. Considerando as definições constantes da resolução, analise os itens a seguir:

I – Assédio moral caracteriza-se por comportamentos repetitivos e duradouros dirigidos a alvos específicos, com intenção de prejudicar, anular ou excluir a vítima.

II – Agressões pontuais consistem em atos hostis reiterados e permanentes destinados à exclusão institucional da vítima, independentemente de intenção específica.

III – Cooperação horizontal, vertical e transversal correspondem, respectivamente, à cooperação entre superiores hierárquicos, entre órgãos externos e entre membros da mesma equipe funcional.

IV – Assédio moral organizacional consiste em processo contínuo de condutas abusivas ou hostis, amparado por estratégias organizacionais ou métodos gerenciais voltados ao engajamento intensivo ou exclusão de pessoas da instituição.

V – Transversalidade refere-se exclusivamente à atuação conjunta entre diferentes órgãos administrativos para apuração disciplinar de casos de assédio e discriminação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos

64. A Resolução N. TC-252/2024 estabelece princípios, deveres, vedações e regras relacionadas à atuação ética dos servidores do TCE/SC, inclusive quanto ao uso de redes sociais, conflito de interesses e atuação funcional. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:

a) O servidor deve exercer a liberdade de expressão nas redes sociais com responsabilidade, evitando tratar de temas sensíveis envolvendo o Tribunal que possam gerar dúvidas sobre a integridade institucional ou comprometer a imagem da Corte de Contas.

b) O servidor poderá divulgar informações sigilosas obtidas no exercício do cargo, desde que o faça em ambiente privado ou mediante utilização de pseudônimo em redes sociais.

c) A Comissão de Ética possui competência para aplicar diretamente penalidades disciplinares estatutárias de suspensão e destituição de cargo em comissão.

d) O recebimento de brindes distribuídos por entidades jurisdicionadas ao TCE/SC será vedado apenas quando ultrapassarem o equivalente a 1 piso de referência vencimental do Tribunal.

e) O servidor poderá manifestar-se oficialmente em nome do Tribunal sempre que ocupar cargo efetivo de nível superior ou função de confiança vinculada à Administração Superior

65. A Resolução N. TC-302/2026 regulamenta os mecanismos de controle disciplinar, os procedimentos consensuais e os instrumentos de apuração administrativa aplicáveis aos servidores do TCE/SC. Considerando as disposições da resolução, assinale a alternativa correta:

- a) A sindicância acusatória constitui instrumento destinado à apuração de infração disciplinar cuja penalidade cabível seja, no máximo, suspensão de até trinta dias, sendo instaurada por portaria do Corregedor-Geral e submetida, no que couber, ao rito do processo administrativo disciplinar.
- b) A investigação preliminar sumária possui natureza punitiva e sancionatória, admitindo aplicação direta de penalidade de repreensão pelo Corregedor-Geral quando houver prova documental suficiente.
- c) O termo de ajustamento de conduta constitui direito subjetivo do servidor sempre que a infração imputada for de baixo potencial ofensivo e não houver dano ao erário.
- d) A sindicância investigativa interrompe automaticamente a prescrição disciplinar desde a publicação da portaria instauradora, ainda que não haja identificação do investigado.
- e) A mediação disciplinar somente poderá ser instaurada após a formalização de processo administrativo disciplinar e dependerá de reconhecimento expresso de culpa pelo servidor investigado

66. Determinado servidor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao estudar a estrutura organizacional prevista na Resolução N. TC-149/2019, verificou que algumas atribuições são comuns a todos os Órgãos Auxiliares, enquanto outras constituem competências específicas dos órgãos vinculados ao Gabinete da Presidência. Considerando essa distinção normativa, assinale a alternativa que apresenta competência específica do Gabinete da Presidência:

- a) Planejar, organizar, dirigir e controlar as suas atividades.
- b) Propor, desenvolver, estimular e consolidar as relações administrativas e institucionais do Tribunal de Contas com os Poderes e demais Órgãos do Estado e das demais esferas de Poder.
- c) Providenciar o registro nos sistemas informatizados do recebimento, da movimentação e da alteração de documentos ou processos que tramitam na unidade.
- d) Manter controle atualizado sobre os processos lotados na unidade, priorizando a instrução, utilizando-se dos critérios de urgência, relevância e antiguidade.
- e) Padronizar a estrutura e simplificar a linguagem dos seus relatórios técnicos

67. A Resolução N. TC-252/2024 instituiu normas éticas aplicáveis aos servidores do TCE/SC, disciplinando deveres, vedações, conflitos de interesse, uso de redes sociais e processo ético. Considerando as disposições da referida resolução, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor poderá utilizar sistemas e canais de comunicação do Tribunal para divulgação político-partidária, desde que fora do horário de expediente e sem identificação funcional.
- b) A Comissão de Ética possui natureza exclusivamente disciplinar e sancionatória, competindo-lhe aplicar diretamente as penalidades administrativas previstas no estatuto funcional.
- c) O servidor que publicar artigo de opinião em veículo de imprensa sobre tema relacionado ao Tribunal deverá deixar claro que suas opiniões não representam posicionamento institucional.
- d) O processo de conduta ética poderá ser instaurado verbalmente, independentemente de representação fundamentada ou documentação comprobatória, em razão do princípio da informalidade administrativa.
- e) A censura ética aplicada ao servidor permanecerá registrada em seus assentamentos funcionais de forma permanente, vedada sua exclusão após o decurso do tempo

68. Acerca do regime jurídico previsto na Lei nº 6.745/1985 (Estatuto dos Servidores do Estado de SC), assinale a alternativa incorreta:

- a) A posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação no Diário Oficial, admitindo-se prorrogação por mais trinta dias a requerimento do interessado.
- b) O regime ordinário de trabalho do servidor estadual, quando omissa a especificação do cargo, corresponde a quarenta horas semanais, observada regulamentação específica.

c) O serviço extraordinário não se submete à limitação semanal de carga horária, mas não poderá ultrapassar cento e vinte horas semestrais.

d) Ao servidor ocupante de cargo efetivo e estável poderá ser concedida licença para tratamento de interesses particulares pelo prazo de até três anos, renovável uma vez por igual período.

e) Será concedida ajuda de custo ao servidor removido a pedido, ainda que sem recomendação médica, desde que a mudança implique alteração permanente de domicílio

69. À luz das definições previstas na Lei Complementar nº 255/2004, assinale a alternativa correta:

a) Cargo isolado é o cargo de provimento efetivo, devidamente provido, existente no quadro de pessoal do Tribunal de Contas, em extinção.

b) Função de confiança é o cargo ocupado exclusivamente por servidor efetivo para o exercício permanente de atribuições técnicas de fiscalização externa.

c) Referência corresponde ao conjunto de nove graduações ascendentes existentes em cada nível da Tabela Referencial de Vencimentos.

d) Progressão funcional consiste no deslocamento funcional do servidor entre cargos distintos, exclusivamente por merecimento.

e) Piso de vencimento corresponde ao maior vencimento previsto na Tabela Referencial de Vencimentos para os cargos de nível superior

70. Considerando as disposições da RESOLUÇÃO N. TC-06/2001, especialmente acerca da jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa incorreta:

- a) A jurisdição do Tribunal alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que administre dinheiros, bens e valores públicos ou assuma obrigações pecuniárias em nome do Estado ou do Município.
- b) A jurisdição do Tribunal também alcança aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade da qual resulte prejuízo ao erário.
- c) Os responsáveis pela aplicação de recursos repassados mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres a pessoas jurídicas de direito público ou privado submetem-se à jurisdição do Tribunal.
- d) Os representantes do Estado ou do Município em assembleias gerais de empresas estatais e sociedades anônimas podem responder solidariamente com membros do Conselho Fiscal e de Administração pela prática de atos de gestão ruinosa.
- e) Os herdeiros dos administradores e responsáveis submetidos à jurisdição do Tribunal respondem integralmente pelos débitos do falecido perante a Fazenda Pública, independentemente do limite da herança recebida

Considerando os requisitos e atributos dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) O ato é plenamente válido, pois a presunção de legitimidade e veracidade impede a revisão administrativa ou judicial da penalidade aplicada.
- b) O ato é inválido, pois apresenta vício quanto ao motivo — inexistência do fato alegado — e quanto à forma, já que a regra geral exige exteriorização escrita do ato administrativo.
- c) O ato é válido, pois a imperatividade autoriza a imposição de penalidade independentemente de formalização e independentemente da veracidade do fato alegado.
- d) O ato pode ser convalidado, pois vícios relativos ao motivo podem ser sanados mediante confirmação posterior da autoridade competente.
- e) O ato é inexistente, pois atos punitivos somente existem quando previamente homologados por autoridade superior

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

71. Carla, diretora de um hospital público estadual, aplicou penalidade de suspensão a um servidor sob a alegação de abandono de plantão. A penalidade foi imposta verbalmente, sem formalização escrita. Posteriormente, apurou-se que o servidor havia apresentado justificativa formal aceita pela chefia imediata, inexistindo abandono.

72. No que se refere ao poder hierárquico no âmbito da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) O poder hierárquico permite ao superior aplicar penalidades aos subordinados como sua função principal, sendo a disciplina funcional a finalidade central desse poder administrativo.
- b) O poder hierárquico é exercido apenas no âmbito do Poder Executivo, inexistindo relações hierárquicas internas nos Poderes Legislativo e Judiciário, em razão da independência funcional de seus membros.
- c) O poder hierárquico autoriza o superior a ordenar, fiscalizar, rever atos praticados por subordinados, bem como delegar ou avocar competências, assegurando a organização e o funcionamento interno da Administração.
- d) O poder hierárquico permite a existência de subordinação entre a Administração Direta e as entidades da Administração Indireta, possibilitando a emissão de ordens e a avocação de competências pelos ministérios em relação às autarquias.
- e) O poder hierárquico é exercido principalmente nas relações entre entes federativos, como União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que se organizam de forma escalonada

73. No que se refere aos princípios expressos e implícitos da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) Os princípios expressos da Administração Pública são exclusivamente aqueles previstos de forma literal no texto da Constituição Federal, sendo juridicamente impossível a existência de princípios expressos em leis infraconstitucionais ou em outros diplomas normativos que disciplinem a atuação administrativa.
- b) Os princípios implícitos da Administração Pública são aqueles que, embora constem expressamente do texto constitucional ou legal, não apresentam denominação própria, sendo apenas deduzidos a partir da interpretação de dispositivos normativos específicos.
- c) O princípio da eficiência sempre integrou, de forma expressa, o texto constitucional desde a promulgação da Constituição de 1988, não havendo período histórico em que tenha sido considerado princípio implícito da Administração Pública.
- d) Os princípios expressos são aqueles identificados nominalmente em normas constitucionais ou legais, possuindo previsão textual direta, enquanto os princípios implícitos são construídos a partir da interpretação sistemática do ordenamento jurídico, da doutrina e da jurisprudência, vinculando a atuação administrativa mesmo sem previsão textual expressa.
- e) A Administração Pública somente está vinculada aos princípios expressamente previstos no texto constitucional, sendo juridicamente vedada a aplicação de princípios implícitos, por ausência de previsão normativa direta

74. Pedro sofreu grave lesão corporal ao ser atingido por veículo oficial conduzido por servidor público durante o exercício regular de suas funções. Demonstrados o dano e o nexo causal entre a atuação estatal e o prejuízo sofrido, o Estado realizou a indenização ao particular e, posteriormente, ajuizou ação regressiva contra o agente responsável.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção **correta**.

- a) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, admite causas excludentes ou atenuantes e assegura o direito de regresso contra o agente público nos casos de dolo ou culpa.
- b) O Estado responde de forma absoluta pelos danos causados por seus agentes, sendo inaplicáveis causas excludentes como culpa exclusiva da vítima ou caso fortuito.
- c) A responsabilidade civil do Estado exige a comprovação de dolo ou culpa do agente público para que haja dever de indenizar o particular prejudicado.
- d) O pagamento da indenização ao particular impede a responsabilização posterior do agente público em qualquer esfera.
- e) O direito de regresso pode ser exercido pelo Estado independentemente da comprovação de dolo ou culpa do agente público causador do dano

75. Marina, servidora pública federal, teve indeferido pedido de remoção funcional sob o fundamento de que, embora atendidos os requisitos legais, a medida não se mostrava conveniente nem oportuna para o serviço público naquele momento.

Inconformada, Marina buscou o Poder Judiciário, pretendendo que o magistrado reavaliasse a decisão administrativa e determinasse a remoção com base em critérios de justiça e razoabilidade.

No que se refere ao controle da Administração Pública, especialmente quanto ao controle administrativo, judicial e legislativo, assinale a opção **correta**.

- a) O Poder Judiciário pode revisar integralmente o ato administrativo, inclusive quanto à conveniência e à oportunidade da decisão.
- b) O controle administrativo, legislativo e judicial possuem a mesma extensão, não havendo distinção quanto aos limites de atuação de cada Poder.
- c) O Poder Judiciário pode substituir a Administração Pública sempre que entender que a decisão adotada não foi a mais adequada ao interesse público.
- d) O controle do mérito administrativo é regra geral no controle judicial, sendo exceção apenas nos atos discricionários.
- e) O controle judicial limita-se à análise da legalidade do ato, não sendo possível a apreciação do mérito administrativo

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

76. Marina exerce atividade profissional lícita, ainda não sujeita a regulamentação legal específica. Posteriormente, lei federal passou a exigir qualificação técnica para o desempenho dessa atividade, sob o fundamento de proteção à segurança dos usuários do serviço. Marina sustenta que a exigência é inválida, pois a liberdade profissional prevista na Constituição produziria efeitos definitivos e imunes a restrições legais.

À luz da classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, é correto afirmar que a norma constitucional invocada por Marina é de eficácia

- a) plena, pois assegura liberdade profissional de modo absoluto, impedindo qualquer condicionamento posterior pelo legislador.
- b) limitada, pois somente permite o exercício da atividade profissional após a edição de lei que discipline seus requisitos.
- c) contida, pois produz efeitos imediatos, embora admita restrição legal quanto às qualificações profissionais exigidas.
- d) programática, pois estabelece apenas uma diretriz de atuação estatal para organizar o mercado de trabalho.
- e) limitada institutiva, pois depende da criação de entidade fiscalizadora para viabilizar o exercício profissional.

77. Projeto de lei ordinária federal foi distribuído às comissões competentes da Câmara dos Deputados, que o discutiram e aprovaram conclusivamente, nos termos do Regimento Interno, sem deliberação do Plenário. Um grupo de deputados, inferior a um décimo dos membros da Casa, sustentou a nulidade do procedimento, afirmando que todo projeto de lei deve ser votado pelo Plenário.

À luz da CF/1988, é correto afirmar que o procedimento adotado

- a) é inválido, pois a discussão e votação de projetos de lei são atos indelegáveis do Plenário da Casa Legislativa.
- b) é válido, pois projeto de lei ordinária pode ser aprovado conclusivamente pelas comissões, salvo recurso de um décimo dos membros da Casa.
- c) é válido para qualquer espécie normativa, inclusive lei complementar, desde que haja previsão no Regimento Interno da Casa Legislativa.
- d) é inválido, pois a aprovação em comissão somente é admitida para requerimentos, pareceres e atos internos sem força de lei.
- e) é válido apenas se as duas Casas adotarem o procedimento abreviado, pois Câmara e Senado devem seguir idêntico rito de votação.

78. No âmbito do Poder Executivo de Santa Catarina, a unidade de controle interno identificou indícios de aplicação irregular de recursos públicos por entidade privada conveniada. O responsável pelo setor deixou de comunicar o fato ao Tribunal de Contas, sob o argumento de que apenas o controle externo, exercido pela Assembleia Legislativa com auxílio do TCE, poderia provocar a atuação da Corte de Contas.

À luz da CF/1988, é correto afirmar que

- a) a omissão é regular, pois o Tribunal de Contas somente pode atuar mediante provocação do Poder Legislativo.
- b) a omissão é regular, pois entidades privadas conveniadas não se submetem à fiscalização contábil e financeira.
- c) a omissão é irregular apenas se houver dano ao erário reconhecido previamente pelo Poder Judiciário.
- d) a omissão é irregular, pois o controle interno deve comunicar ilegalidades ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- e) a omissão é irrelevante, pois denúncias ao Tribunal de Contas somente podem ser formuladas por cidadãos individualmente considerados.

79. Durante audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, discutiu-se projeto voltado à proteção de direitos fundamentais. Um dos expositores afirmou que a liberdade de locomoção, o habeas corpus, o contraditório, a vedação à pena de morte, o dever de escolarização básica e o serviço militar obrigatório possuem a mesma natureza jurídica, por estarem todos previstos no Título II da Constituição.

À luz da teoria dos direitos e garantias fundamentais, essa afirmação é

- a) correta, pois toda norma situada no Título II da Constituição consagra direito subjetivo individual oponível exclusivamente ao Estado.
- b) correta, pois direitos, garantias e deveres fundamentais são expressões equivalentes, distinguindo-se apenas pela forma de exercício.
- c) incorreta, pois direitos fundamentais declaram bens protegidos, garantias são instrumentos assecuratórios e há também deveres fundamentais.
- d) incorreta, pois garantias fundamentais correspondem apenas às ações constitucionais, não abrangendo garantias processuais.
- e) incorreta, pois os deveres fundamentais vinculam exclusivamente o Estado, sendo incompatíveis com imposições constitucionais aos indivíduos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

80. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, independente de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- II-) Por regra, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para

modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

III-) Na solidariedade, a isenção de crédito exonera todos os obrigados, inclusive se outorgada pessoalmente a um deles.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

81. Segundo o CTN, é caso de interpretação literal os casos de legislação tributária que disponha sobre:

- a) pagamento.
- b) anistia.
- c) decadência.
- d) transação.
- e) remissão.

82. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, e de competência compartilhada, conforme prevê a Constituição Federal, julgue os itens a seguir:

- I-) O ITCMD será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- II-) O IBS observará as mesmas regras aplicáveis à CBS em relação a fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos;
- III-) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização, da nacionalidade e do impacto ambiental.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) I
- d) I, II e III.
- e) II.

83. Uma empresa em Campinas, no Estado de São Paulo, vende uma mercadoria, de forma online, e a entrega para seu cliente no município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina. Para fins de cálculo do IBS sobre esta operação, de acordo com a LC 214/25, qual alíquota será aplicada?

- a) A alíquota do Estado de São Paulo, por ser o local de origem da operação.
- b) A alíquota do Município de Blumenau.
- c) A soma da alíquota do Estado de Santa Catarina e da alíquota do Município de Blumenau.
- d) A alíquota estabelecida pela União para operações interestaduais.
- e) A alíquota mais alta entre o Estado de São Paulo e o Estado de Santa Catarina.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

84. Ricardo, servidor público ocupante do cargo de técnico administrativo em uma Secretaria de Estado, com o intuito de obter vantagem patrimonial indevida, passou a subtrair periodicamente suprimentos de informática de alto valor, pertencentes ao órgão público, valendo-se das facilidades do cargo. As subtrações ocorreram de forma contínua entre os dias 10 de janeiro e 05 de fevereiro de 2026, totalizando 06 crimes de peculato-furto, praticados em continuidade delitiva, por serem condutas praticadas em idênticas condições de tempo, lugar e modo de execução. Ocorre que, em 25 de janeiro de 2026, entrou em vigor uma nova lei penal que majorou a pena cominada ao crime de peculato-furto (art. 312, §1º do CP).

Diante da situação hipotética e dos preceitos que regem a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

- a) A nova lei penal será aplicada à totalidade da conduta de Ricardo, ainda que a alteração legislativa seja prejudicial ao agente.

b) Em respeito ao princípio da anterioridade da lei penal, Ricardo deverá ser punido integralmente de acordo com a pena menos grave vigente no início da série delitiva.

c) O magistrado deve aplicar a lei antiga aos fatos praticados até a data da entrada em vigor da nova lei, e aplicar a lei nova aos fatos subsequentes.

d) Ricardo responderá conforme a legislação anterior, uma vez que a lei penal mais grave jamais pode retroagir para alcançar atos iniciados sob a vigência de norma anterior.

e) O juiz deverá realizar a combinação das leis penais.

85. Em um procedimento licitatório instaurado pelo Governo do Estado para a aquisição de mobiliário escolar, Pedro, um dos licitantes participantes, ofereceu a quantia de R\$ 15.000,00 a Rafael, também licitante, para que este desistisse do certame e não apresentasse proposta, visando diminuir a concorrência. Rafael aceitou a vantagem e efetivamente retirou sua participação do procedimento. Ao final, a licitação foi vencida por uma empresa concorrente, não tendo Pedro logrado êxito na adjudicação do objeto da licitação. Com base na situação descrita e nas normas do Código Penal, assinale a opção correta:

a) Pedro praticou o crime de afastamento de licitante, mas Rafael é isento de pena.

b) A conduta é atípica para ambos, uma vez que Pedro não venceu a licitação e não houve prejuízo efetivo ao erário.

c) Ambos praticaram o crime de frustração do caráter competitivo da licitação na modalidade tentada, dada a ausência de prejuízo.

d) Pedro responderá pelo crime de corrupção ativa, enquanto a conduta de Rafael é atípica.

e) Pedro praticou o crime de afastamento de licitante e Rafael incorrerá nas mesmas penas cominadas a este delito.

86. Cláudio, Prefeito de determinado município do estado Alfa, faltando apenas seis meses para o encerramento de sua gestão, autoriza a reforma integral do complexo esportivo da cidade. Ciente de que a dotação orçamentária para o exercício corrente era insuficiente para quitar o contrato e que não haveria lastro financeiro para cobrir as parcelas previstas para o ano seguinte, o gestor ordenou, mesmo assim, a execução imediata dos serviços.

Diante do caso hipotético narrado, a conduta de Cláudio configura:

- a) Crime praticado por funcionário público contra a administração pública em geral.
- b) Crime contra as finanças públicas.
- c) Infração administrativa prevista na LRF, mas sem natureza penal.
- d) Crime praticado por particular contra a administração pública em geral.
- e) Fato atípico, uma vez que não houve dolo de enriquecimento ilícito.

duração continuada, dispensada sua compatibilidade com o Plano Plurianual.

- b) A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, subordinando-se tal dever, entretanto, ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade estimar receitas e fixar despesas para o exercício financeiro subsequente, razão pela qual não interfere na elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- d) A Constituição Federal prevê apenas dois instrumentos de planejamento orçamentário: o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, sendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias criação infraconstitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) O direito financeiro tem por objeto apenas a disciplina jurídica da receita pública tributária, ficando a despesa pública e o orçamento sob a competência exclusiva do direito administrativo.

DIREITO FINANCEIRO

Gabriela Zavadinack

87. No âmbito do Estado Democrático de Direito, a atividade financeira estatal não se limita à arrecadação de receitas, mas compreende um conjunto de atos normativamente disciplinados que envolvem a obtenção, a gestão, a aplicação e o controle dos recursos públicos. Nesse contexto, a Constituição Federal estruturou um sistema integrado de planejamento e execução orçamentária, formado por instrumentos que possuem funções distintas, mas complementares.

À luz da disciplina constitucional do orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual tem natureza exclusivamente autorizativa e pode instituir, de forma autônoma, programas governamentais de

88. Após o trânsito em julgado de decisão judicial condenatória contra determinado Município, o credor requereu a expedição de precatório para pagamento do valor devido. O chefe do Poder Executivo municipal, entretanto, sustentou que poderia escolher livremente a ordem de pagamento das requisições judiciais, priorizando os credores com maior relevância econômica para o Município e postergando os demais para exercícios futuros, independentemente da ordem cronológica.

Com base na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição Federal permite que o ente público substitua unilateralmente o pagamento do precatório por compensação obrigatória com tributos ainda não vencidos.
- b) A Administração Pública pode livremente alterar a ordem de pagamento dos precatórios quando demonstrar interesse público financeiro, desde que o faça por ato motivado.
- c) Os precatórios de natureza alimentícia estão dispensados de submissão ao regime constitucional de precatórios, devendo ser pagos integralmente por Requisição de Pequeno Valor, independentemente do valor do crédito.
- d) A expedição de precatório depende de autorização legislativa específica para cada credor, ainda que a condenação judicial esteja transitada em julgado.
- e) O pagamento de precatórios deve observar, como regra, a ordem cronológica de apresentação, ressalvadas as preferências constitucionalmente estabelecidas.

89. Um Município disponibiliza, ao final do exercício, apenas um resumo simplificado da execução orçamentária, em linguagem simples, divulgado em rede social institucional. O documento informa, de modo genérico, que “as contas públicas estão equilibradas”, mas não apresenta demonstrativos fiscais, relatórios de gestão, dados pormenorizados sobre receitas e despesas, nem assegura meios efetivos de acompanhamento pela população.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- a) A transparência fiscal se satisfaz com a divulgação de informações resumidas em linguagem acessível, sendo dispensável a publicação de relatórios técnicos quando houver comunicação institucional suficiente.
- b) A participação popular na gestão fiscal é incompatível com a tecnicidade do orçamento público, razão pela qual a LRF restringe o controle das contas públicas aos Tribunais de Contas.
- c) A LRF consagra a transparência como pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal, exigindo ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, de planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestações de contas e respectivos pareceres, relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal.
- d) Para Municípios de pequeno porte, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal é facultativa, enquanto a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária pode ocorrer semestralmente.
- e) A transparência fiscal, na LRF, aplica-se apenas à União, pois Estados, Distrito Federal e Municípios possuem autonomia para definir seus próprios mecanismos de publicidade orçamentária.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

90. Durante auditoria no TCE-SC, verificou-se que uma lei federal, publicada oficialmente em 10 de março, alterou regras aplicáveis à formação de determinados negócios jurídicos privados, mas não trouxe cláusula expressa de vigência. Antes de sua entrada em vigor, em 25 de março, houve nova publicação oficial apenas para corrigir erro material relevante em um de seus dispositivos. Um contrato celebrado em 18 de março, conforme a legislação então vigente, passou a ser questionado com base na nova lei.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) a lei passou a produzir efeitos desde a primeira publicação, pois a ausência de cláusula de vigência impõe aplicação imediata.
- b) a correção posterior não interfere na vacância, pois republicações oficiais jamais reiniciam a contagem do prazo legal.
- c) a lei terá novo prazo de vacância a partir da republicação, sem atingir o contrato já validamente celebrado.
- d) a lei corrigida alcança o contrato anterior, porque normas sobre validade negocial têm aplicação retroativa necessária.
- e) a lei somente vigorará após três meses, pois toda norma federal sem cláusula expressa segue prazo ampliado de obrigatoriedade.

91. Durante fiscalização de repasses estaduais a entidades privadas, o TCE-SC identificou que um contrato havia sido assinado por Henrique, de 17 anos, emancipado voluntariamente pelos pais por escritura pública registrada. Meses depois, ele celebrou novo ajuste patrimonial de alto valor e, arrependido, alegou que o negócio seria anulável por incapacidade relativa, sustentando que a emancipação apenas o autorizava a exercer atividade econômica específica.

Nessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) O negócio é anulável, pois a emancipação voluntária apenas permite atos ligados ao trabalho ou à atividade empresarial.
- b) O negócio é nulo, pois menores de 18 anos não podem praticar atos patrimoniais relevantes sem assistência dos pais.
- c) O negócio é ineficaz, pois a emancipação voluntária depende de homologação judicial para produzir efeitos civis amplos.
- d) O negócio é válido, pois a emancipação antecipa a capacidade civil plena, ressalvadas limitações legais específicas.
- e) O negócio é anulável, pois a emancipação voluntária pode ser revogada pelos pais antes da maioridade civil.

92. A sociedade Sol Nascente Ltda., formada por dois irmãos, explorava uma loja de móveis planejados. Após dificuldades financeiras, encerrou suas atividades sem quitar dívidas com fornecedores. Um credor ajuizou ação contra a sociedade e pediu a inclusão dos sócios no polo passivo, alegando que a empresa não possuía bens penhoráveis e que os sócios eram administradores do negócio.

Nessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) O pedido deve ser acolhido, pois a ausência de bens da sociedade autoriza responsabilização automática dos sócios.
- b) O pedido deve ser acolhido, pois sócios administradores respondem sempre pelas dívidas negociais da sociedade quando há dissolução da sociedade.
- c) O pedido deve ser rejeitado apenas se os sócios comprovarem que não participaram da gestão empresarial.
- d) O pedido deve ser acolhido se houver parentesco entre os sócios, ainda que inexistam indícios de abuso patrimonial.
- e) O pedido exige prova de abuso da personalidade jurídica, ainda que tenha sido dissolvida sem a regular liquidação dos ativos.

93. Clara vendeu a Daniel uma casa de veraneio mobiliada apenas com armários embutidos, sistema fixo de energia solar instalado no telhado e diversos quadros decorativos removíveis. Após o registro da escritura, Daniel passou a exigir também a entrega dos quadros, alegando que eles ambientavam o imóvel e estavam nele no momento da visita.

Nessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Os quadros acompanham o imóvel, pois todo bem móvel existente no local integra automaticamente o negócio principal.
- b) Os quadros não seguem o imóvel sem ajuste específico.
- c) Os armários embutidos e o sistema fixo de energia solar são pertencças, razão pela qual não acompanham o imóvel.
- d) Todos os bens mencionados são imóveis por determinação legal, ainda que possam ser removidos sem destruição.
- e) A venda do imóvel abrange qualquer bem destinado ao uso residencial, ainda que removível e autônomo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

94. A empresa Y impetrou mandado de segurança contra ato do presidente do Tribunal de Contas do Estado X que determinou a suspensão da assinatura do contrato 001/2026 oriundo de concorrência pública da qual tinha se sagrado vencedora. Na sua inicial, a empresa Y solicitou medida liminar para que o contrato pudesse ser assinado em seus devidos termos. De acordo com a Lei 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) O magistrado deve reconhecer a ilegitimidade passiva do presidente do tribunal de contas, uma vez que caberia ao Estado X o ônus de responder pelo ato supostamente ilegal.

- b) Caso a liminar seja indeferida, o processo terá prioridade para julgamento.
- c) Da decisão do juiz que conceder a liminar cabe agravo de instrumento, sendo irrecorrível a decisão que indefira a medida.
- d) O ingresso de litisconsorte ativo será admitido somente até a prolação da sentença do juiz de primeiro grau.
- e) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.

95. Cláudio ajuizou ação de indenização por danos materiais cumulada com obrigação de fazer em face do Estado Alfa. Em sua defesa, o Estado Alfa impugnou as provas documentais apresentadas, sob o argumento de que não satisfaziam os requisitos legais. De acordo com o processo judicial, o magistrado agirá corretamente se decidir que

- a) A discussão quanto a data de documento particular não pode ser provada por meio de prova testemunhal.
- b) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.
- c) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem eficácia probatória de documento público.
- d) O documento particular de cuja autenticidade se duvida prova que o seu autor fez a declaração que lhe é atribuída.
- e) A cópia de documento particular tem menos valor probante que o original.

96. Mauro, auditor fiscal de controle externo do Estado Beta, ajuizou ação buscando a revisão de sua remuneração, por suposta ilegalidade na não concessão de sua promoção a tempo e a modo. A ação foi distribuída na 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca X. Considerando que o juiz que julgará a ação considerou-se suspeito, é correto afirmar que:

- a) É vedado ao juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo.
- b) Permite-se ao juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, desde que declare suas razões, ainda que de forma sigilosa em processo administrativo próprio.
- c) Seria o caso de suspeição do juiz estar litigando contra a parte ou contra o seu advogado.
- d) Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.
- e) Permite-se ao juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, desde que declare suas razões expressamente no processo judicial, a fim de que as partes possam verificar eventual ilegalidade.

97. Ao receber a inicial em determinado processo, o juízo entendeu se tratar do caso de improcedência liminar do pedido, salientando a inexistência de necessidade de instrução probatória. De acordo com o Código de Processo Civil, o juízo estará correto e poder julgar improcedente o pedido de forma liminar nos casos que o pedido do autor contrarie:

- a) enunciado de súmula do tribunal de contas.
- b) entendimento reiterado dos tribunais de justiça estaduais.
- c) enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- d) entendimento reiterado de turma do Supremo Tribunal Federal.
- e) entendimento firmado em julgamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça.

98. Pedro ajuizou ação indenizatória em desfavor de João, seu antigo parceiro de negócios. Após a instrução probatória, o juízo competente julgou totalmente improcedente o pleito. Inconformado, Pedro opôs embargos de declaração. A respeito do assunto, assinale a afirmativa correta.

- a) Os embargos de declaração serão considerados tempestivos caso opostos no prazo de 15 dias.
- b) Os embargos de declaração sujeitam-se a preparo.
- c) Os embargos serão opostos em petição dirigida ao tribunal.
- d) A mera correção de erro material não enseja embargos de declaração.
- e) O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

99. O regime próprio de previdência social (RPPS) deve ser organizado com base em alguns princípios constitucionais como o da contributividade e o da solidariedade. Considerando o disposto na Constituição Federal e as alterações trazidas pela Emenda Constitucional n. 103/2019, é correto afirmar

- a) Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 103/2019, tornou-se obrigatória a instituição de RPPS por todos os entes federativos e de regime de previdência complementar para os servidores públicos.
- b) Após o advento da Emenda Constitucional n. 103/2019, os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e salário-maternidade.
- c) As regras para cálculo de proventos de aposentadoria devem ser disciplinadas em lei do ente federativo ao qual o servidor público estiver vinculado, não podendo o valor dos proventos ser inferior ao salário mínimo.
- d) Com o advento da Emenda Constitucional n. 103/2019, para manter o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir contribuição extraordinária para servidores ativos, aposentados e pensionistas. Essa contribuição será cobrada por determinado período e terá o objetivo de equacionar o déficit atuarial do RPPS.
- e) O RPPS é financiado mediante contribuição do ente federativo ao qual estiver vinculado o servidor, do servidor ativo, do aposentado e do pensionista, ainda que esses dois últimos não tenham direito a benefício distinto daquele que já recebem. O caráter solidário do RPPS veio introduzido no art. 40 da Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional n. 103/2019.

100. Mariana, servidora pública efetiva do Estado de Santa Catarina, professora da rede estadual de ensino desde 2023, mantém união estável com

Adolfo há 10 anos. O casal não tem filhos e os pais moram com ele por não terem condições de se manterem sozinhos.

Mariana não trabalhava antes de assumir o cargo de professor no Estado de Santa Catarina e pretende se aposentar como servidora estadual.

Considerando as regras de aposentadoria e pensão por morte do RPPS dos servidores do Estado de Santa Catarina, analise as assertivas.

I – Pelas regras vigentes, Mariana poderá se aposentar voluntariamente pelo RPPS/SC se preencher, cumulativamente, 62 anos de idade, 25 anos de contribuição no exercício do magistério da educação infantil, do ensino fundamental ou médio, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 05 anos no cargo em que se der a aposentadoria.

II – Caso Mariana sofra um acidente no exercício do trabalho e seja considerada incapaz de exercer seu cargo e insuscetível de readaptação, será aposentada por incapacidade permanente, cujo valor dos proventos será equivalente a 100% da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social de qualquer ente federativo e ao RGPS ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição da República, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo.

III – Caso Mariana venha a falecer, terão direito à pensão por morte o seu companheiro e seus pais. O companheiro não precisará comprovar dependência econômica.

IV – Se Mariana fosse pessoa com deficiência grave, poderia se aposentar aos 20 anos de contribuição, sem ter que cumprir idade mínima.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II, III e IV

Peça Técnica

O Tribunal de Contas do Estado X (TCE/X) instaurou processo de representação para apurar supostas irregularidades conduzidas pela Secretaria de Estado da Administração. Em síntese fática, a respectiva Secretaria contratou de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma empresa de notória especialização para ministrar cursos de treinamento sobre as novas normativas de contratação pública aos seus servidores. Durante o exame dos autos pela equipe de Auditoria de Controle Externo, constatou-se a seguinte situação:

1. O controle prévio de legalidade validou o contrato, contudo, o parecer emitido pela assessoria jurídica do órgão limitou-se a elencar a fundamentação legal, abstendo-se deliberadamente de analisar os pressupostos de fato inerentes ao caso concreto.
2. Diante da denúncia, o TCE/X proferiu ordem de suspensão cautelar do processo de contratação. No mesmo ato, o Tribunal determinou que o órgão contratante prestasse os devidos esclarecimentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, bem como fixou o prazo interno de 40 (quarenta) dias úteis para o pronunciamento definitivo da Corte de Contas sobre o mérito da suspensão.
3. O agente de contratação responsável pelo trâmite, temendo responsabilizações perante o Tribunal de Contas, solicitou representação formal à advocacia pública estadual para atuar em sua defesa. O pedido foi indeferido sumariamente sob a justificativa de que o servidor não exercia cargo em comissão do alto escalão.

Com base na situação hipotética, redija um PARECER que responda aos seguintes tópicos:

1. Adequação da modalidade de contratação direta escolhida para a prestação do serviço de treinamento por empresa de notória especialização.
2. Regularidade dos critérios de fundamentação adotados na redação do parecer jurídico que avaliou a contratação.
3. Legalidade dos marcos temporais estipulados pela Corte de Contas para a manifestação do órgão contratante e para o julgamento definitivo do mérito cautelar.
4. Análise do direito de representação do agente de contratação pela advocacia pública na esfera controladora.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão Discursiva 1

O recém-empossado diretor-presidente da Agência Estadual de Fomento (AEF) deparou-se, logo no início de sua gestão no ano de 2023, com a descoberta de um esquema sistemático de desvio de recursos públicos. A irregularidade envolvia a concessão indevida de subsídios a empresas de fachada formadas por parentes de funcionários. Após a apuração dos fatos, a equipe técnica concluiu que o ilícito foi facilitado pela ausência de segregação de funções no setor de aprovação de crédito. Em depoimento, os servidores envolvidos alegaram que passavam por sérias dificuldades financeiras e justificaram que "apenas pegaram o dinheiro emprestado temporariamente para cobrir dívidas pessoais, pois a organização também falhava com eles". Preocupado com a situação, com a reputação da AEF e com o desperdício do dinheiro público, o diretor-presidente determinou a imediata reformulação das políticas de governança, exigindo a adoção de um modelo que esclarecesse os papéis dos diversos níveis funcionais no tratamento dos riscos e a implementação de uma estrutura internacionalmente reconhecida de controles internos.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- a) Analise o comportamento dos servidores envolvidos no esquema de desvio de recursos fundamentando-se no modelo teórico formulado por Donald R. Cressey no início da década de 1950. Em sua resposta, identifique a teoria e demonstre como cada um de seus três elementos convergentes se manifestou na conduta dos agentes.
- b) Discorra sobre o modelo de estruturação e delegação de responsabilidades que a AEF deve adotar para evitar a duplicação de esforços operacionais e assegurar o tratamento de eventuais lacunas na avaliação e mitigação de ameaças organizacionais.
- c) Relacione o comando do diretor-presidente para a construção de um cenário avesso a irregularidades com os respectivos componentes do sistema de controle interno delineados pelo mais notório paradigma internacional sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

No ano de 2024, o Estado "Alfa" promulgou uma Emenda à sua Constituição alterando a composição estrutural de seu respectivo Tribunal de Contas (TCE-Alfa). A nova diretriz instituiu que, dos sete conselheiros integrantes da Corte, cinco seriam escolhidos pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador do Estado. Imediatamente após essa medida, foi aprovada uma Lei Estadual ordinária que redefiniu as competências inerentes ao cargo de auditor (conselheiro-substituto) daquele Tribunal. A pretexto de conferir maior celeridade processual, o novo diploma normativo determinou que a atuação desses agentes ficaria restrita, de forma exclusiva, à emissão de pareceres opinativos nas fases de instrução processual.

Paralelamente às inovações no órgão de controle, o TCE-Alfa apreciou o balanço geral do Prefeito do Município "Beta" e emitiu parecer prévio em que recomendou a rejeição de suas contas de governo. Ao assumir o processo, a Câmara Municipal ratificou o parecer e votou de modo definitivo pela irregularidade da gestão fiscal, sem, contudo, promover a imputação de qualquer débito pecuniário ao gestor. Com a proximidade do novo pleito eleitoral, a base de oposição passou a sustentar ativamente perante a imprensa que o Prefeito não detém mais os direitos de se candidatar, pois a deliberação do Legislativo o tornou automaticamente inelegível.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- a) Avalie a validade jurídico-constitucional da nova regra de composição definida para o TCE-Alfa, explicitando qual é a proporção correta de indicação de vagas imposta aos tribunais locais pela jurisprudência pacificada.
- b) Analise a conformidade da lei estadual que restringiu a atuação dos auditores aos atos opinativos frente às prerrogativas e funções garantidas pela Constituição da República a essa categoria de agentes.
- c) Esclareça se a decisão exarada pela Câmara Municipal do Município "Beta" é suficiente para atrair a inelegibilidade do chefe do Executivo, abordando a interpretação fixada pelas instâncias superiores acerca do impacto eleitoral das contas políticas destituídas de imposição de débito.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 3

No ano de 2025, o titular da Secretaria de Estado da Saúde de determinado ente federativo repassou um expressivo volume de recursos financeiros a uma Organização da Sociedade Civil (OSC) para a gestão compartilhada de uma unidade hospitalar. Após o encerramento da vigência da parceria, o diretor da entidade privada deixou de apresentar os documentos necessários para comprovar a boa e regular aplicação dos valores. O Secretário de Estado, embora ciente da omissão no dever de prestar contas, não adotou nenhuma providência administrativa para investigar o caso. Meses depois, o Tribunal de Contas deflagrou uma auditoria e determinou a autuação de um processo específico para quantificar o prejuízo. Durante a instrução processual, a equipe de auditores comprovou a ocorrência de um amplo esquema de desvio de dinheiros públicos perpetrado em conluio entre o diretor da referida organização e um servidor efetivo da própria Secretaria. Ao serem chamados ao processo, os advogados de defesa do dirigente privado solicitaram o encerramento do feito sem análise de mérito, sob a alegação de que um incêndio nas instalações da entidade havia destruído a totalidade dos comprovantes de despesas originais.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- Avalie a conduta omissiva do Secretário de Estado diante da falta de apresentação dos documentos pela organização privada, explicitando o procedimento que ele deveria ter instaurado e a sanção aplicável à sua inércia.
- Analise o pedido da defesa para a extinção do processo em virtude do suposto incêndio, indicando a classificação da decisão proferida pelo Tribunal de Contas nesses episódios e a regra temporal aplicável ao arquivamento.
- Discorra sobre os desdobramentos legais resultantes do julgamento de mérito que venha a atestar o desvio de recursos públicos, focando na responsabilização dos agentes envolvidos e nos trâmites de comunicação a outras instituições estatais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 4

No ano de 2024, a empresa "Gama S.A." passou por uma rigorosa fiscalização conduzida pela Receita Federal do Brasil. O auditor fiscal encarregado do procedimento identificou três práticas na folha de pagamento que resultaram em autuação por suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias. Primeiramente, a autoridade apontou que a empresa pagava o vale-transporte aos seus empregados de forma integral em dinheiro, em vez de fornecer vales ou bilhetes eletrônicos. Segundamente, a fiscalização notou que a empresa fornecia diárias para viagens a seus diretores em valores que correspondiam a oitenta por cento da remuneração mensal de cada um, sem recolher encargos sobre o excedente da metade do salário. Em terceiro lugar, a entidade deixou de recolher a cota de contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário pago aos funcionários, sob a justificativa administrativa de que a legislação isenta tal rubrica do cálculo matemático do salário de benefício. Imediatamente, o departamento jurídico da empresa apresentou impugnação à autuação para anular as cobranças.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda aos seguintes tópicos:

- a) Analise a validade da autuação fiscal quanto ao pagamento do vale-transporte em pecúnia, abordando o posicionamento consolidado da jurisprudência superior sobre o tema.
- b) Avalie a exigência de recolhimento de contribuição previdenciária sobre as diárias para viagens fornecidas pela corporação, considerando a alteração normativa introduzida pela legislação trabalhista contemporânea.
- c) Discorra sobre a legalidade da conduta da empresa em suprimir o recolhimento sobre a gratificação natalina, explicando a exata distinção legal no tratamento dessa verba para fins de custeio e de prestação previdenciária.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
